



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E
SECRETARIADO EXECUTIVO - FEAAC
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

SANDRA SILVA LIMA

A DINÂMICA RECENTE DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NA
REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA NOS ANOS DE 2012 A 2013

FORTALEZA/ CE
2014

SANDRA SILVA LIMA

**A DINÂMICA RECENTE DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NA
REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA NOS ANOS DE 2012 A 2013**

Monografia apresentada à Coordenação do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Maia Sobral.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

-
- L711d Lima, Sandra Silva.
A dinâmica recente da mulher no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Fortaleza nos anos de 2012 a 2013 / Sandra Silva Lima. – 2014.
55 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2014.
Orientação: Prof. Dr. Fabio Maia Sobral.
1. Mulheres - Emprego. 3. Mulheres nas profissões. 2. Mercado de trabalho - Fortaleza. I. Título.

SANDRA SILVA LIMA

**A DINÂMICA RECENTE DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NA
REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA NOS ANOS DE 2012 A 2013**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fabio Maia Sobral (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Me. Alfredo José Pessoa de Oliveira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Me. Leôncio José Bastos Macambira Júnior
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Agradeço a Deus luz de minha existência e aos meus pais com carinho Francisca e Haroldo.

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar, aos meus pais e familiares que sempre contribuíram para essa importante vitória em minha vida.

Às minhas queridas amigas de hoje e sempre Valneide e Magdalena muito obrigada.

A todos os meus amigos porque sei que se alegram com o meu sucesso em especial aos friend's (Balbino, Felipe e Gissely) adoro vc's.

Agradecimento especial ao Prof. Dr. Fabio (orientador) por ter me aceitado me ajudando desde o início nesta monografia contribuindo para essa minha grande conquista que é a conclusão do curso de Bacharelado Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará a qual me orgulho em ter estudado.

Agradeço também aos participantes da minha banca examinadora: Prof. Me. Alfredo José Pessoa de Oliveira e ao Mestre em Políticas Públicas, Macambira Junior.

“é releante fazer a história daquela outra metade que milenarmente permaneceu desconhecida.”

(Maria Isolda Castelo Branco Bezerra de Menezes)

RESUMO

O objetivo foi analisar a dinâmica recente da mulher no mercado de trabalho da RMF, verificando a ocupação do emprego para o gênero feminino, inserção no mercado por setor de atividade e identificar o percentual salarial de homens e mulheres em diversos tipos de trabalho, avaliando a realidade de 2012-2013. Diante de tantas mudanças que se propagam a respeito da evolução do trabalho, imaginou-se que o universo do gênero feminino também tenha evoluído no mercado de trabalho. Dessa consideração provém o interesse em estudar a dinâmica recente de evolução da mulher no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Para isso, realizou-se um estudo exploratório, de cunho bibliográfico, do tipo descritivo e com abordagem qualitativa, contemplando dados da PEA e PED. Os resultados apontam que a inserção da mulher no mercado de trabalho na RMF ainda é aquém, tanto no que se refere à formalização do emprego por setor de trabalho quanto no que se refere ao padrão salarial. O setor que mais emprega as mulheres é o doméstico, mas foi justamente nestes que houve uma queda acentuada de 0,6% durante o biênio 2012-2013, o que atingiu justamente o contexto trabalhista feminino. No que concerne ao padrão salarial, a dinâmica geral apresenta dados de que o salário da mulher permanece, tanto no setor público quanto no privado, com um padrão de valor bem menos elevado do que o dos homens.

Palavras-chave: Ocupação. Setor de Atividade. Padrão Salarial.

ABSTRACT

The goal was analyze the recent dynamic of woman on RMF labor market, checking the occupation employment for females, market insertion by activity sector and identify the wage percentage of men and women in various types of work, assessing the reality 2012-2013. With so many changes that propagate about the progress of work, it was thought that universe of the females has also evolved in the labor market. This consideration come the interesting in recent dynamic study of woman evolution on jobs market of the Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). For this, was held an exploratory study, bibliographic nature, the descriptive type and qualitative approach, covering data from PEA and PED. The results show that the inclusion of women in the labor market in the RMF is still short, as much in regards the formal employment by job sector and with regard to the wage standard. The sector more employs women is domestic, but it was just these that there was a marked decrease of 0.6% during the 2012-2013 biennium, which just hit the female labor context. Regarding the wage standard, the general dynamic data shows that the salary of the woman remains in both the public sector and in private, with a value standard of good lower than men.

Keywords: Occupation. Activity sector. Wage standard.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Variação da população em idade ativa, segundo o sexo na RMF 2012-2013.....	36
Gráfico 2 – Variação anual do nível de ocupação (%) na RMF 2009 – 2013.....	39
Gráfico 3 – Variação do rendimento média Real (1) dos ocupados, segundo o gênero na RMF 2012-2013.....	46
Gráfico 4 – Variação do padrão salarial Real (1) com Carteira Assinada, segundo o sexo na RMF 2012-2013.....	48
Gráfico 5 – Variação do padrão salarial Real (1) sem Carteira Assinada, segundo o sexo na RMF 2012-2013.....	49
Gráfico 6 – Variação do padrão salarial Real (1) do Setor Público, segundo o sexo na RMF 2012-2013.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estimativa da população economicamente ativa e das populações ocupada e desempregada, segundo o sexo – RMF 2012 – 2013...	34
Tabela 2 – Percentuais numéricos da população em idade ativa por gênero na RMF 2012-2013.....	35
Tabela 3 – Percentuais dos ocupados, desempregados e inativos em relação à população em idade ativa por gênero na RMF 2012-2013.....	37
Tabela 4 – Percentuais dos ocupados, desempregados e inativos em relação à população em idade ativa por gênero na RMF 2012-2013.....	37
Tabela 5 – Percentuais de diferença condição de atividade RMF 2012-2013.....	38
Tabela 6 – Estimativa do número de Ocupados, segundo Setores de Atividade Econômica na RMF - 2012-2013.....	40
Tabela 7 – Distribuição dos Ocupados, segundo Setores de Atividade Econômica na RMF - 2012-2013.....	41
Tabela 8 – Estimativas do Número de Ocupados, segundo Posição na Ocupação na RMF – 2012 - 2013.....	42
Tabela 9 – Distribuição dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação – RMF 2012 – 2013.....	43
Tabela 10– Rendimento Médio Real (1) dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação na RMF 2012 – 2013.....	45
Tabela 11 – Padrão Salarial (1) dos Ocupados Com e Sem Carteira Assinada no setor privado, por gênero no RMF - 2012-2013.....	47
Tabela 12 – Padrão Salarial (1) nos setores Público e Privado, por gênero - RMF 2012-2013.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

RMF Região Metropolitana de Fortaleza

PEA – População Economicamente Ativa

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

PIA – População em Idade Ativa

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	EVOLUÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO: CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO.....	15
2.2	A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL....	20
2.3	A MULHER CEARENSE NO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA.....	26
3	METODOLOGIA	31
3.1	OS PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	32
4.	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	34
4.1	A DINÂMICA DA INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NA RMF NO PERÍODO DE 2012-2013.....	34
4.1.1	Avanços na ocupação: comparação por gênero	34
4.1.2	A presença feminina no mercado de trabalho: a dinâmica setorial	40
4.1.3	A dinâmica salarial feminina no período de 2012-2013	44
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS	54

1. INTRODUÇÃO

É possível perceber que os homens auferem melhores remunerações em relação às mulheres, além da qualidade do trabalho em si demonstrar diferenças. Há para as mulheres atividades que acredita-se serem específicas delas e não têm o mesmo valor que as desenvolvidas pelos homens. Segundo Barros et al. (2001) essas diferenças de inserção no mercado de trabalho não têm justificativas de base científica no que se refere, por exemplo, à capacidade do homem ser superior à mulher.

Contudo, acredita-se que, mesmo em meio a essa preservação da cultura de valorização ao gênero masculino, devido às grandes lutas travadas pelos grupos sociais em favor das mulheres, ao longo de anos tenham ocorrido mudanças significativas referentes à dinâmica de ocorrência do trabalho feminino em todo o mundo.

Diante disso, propõe-se estudo sobre a problemática a partir de uma análise da evolução da mulher enquanto trabalhadora neste contexto, destacando-se os avanços na ocupação do emprego, a dinâmica de evolução da inserção por setor de atividade e a comparação salarial no período de 2012-2013. O interesse por esse fenômeno surgiu a partir da observação sobre a necessidade de aprofundamento do assunto em busca de compreensão sobre a realidade das mudanças ocorridas no contexto da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

A proposta é fazer uma leitura de fontes teóricas que permitam compreender a evolução da mulher enquanto personagem trabalhista e participante do desenvolvimento econômico, político e social da história da região mencionada. Nesse sentido, a questão problema do estudo é: **Qual a dinâmica de evolução da mulher com relação à ocupação do emprego, à inserção por setor de atividade de trabalho e com referência aos salários no mercado de trabalho na região metropolitana de Fortaleza no período de 2012 a 2013?**

Para tentar responder a esta questão delineou-se como objetivo geral analisar a evolução da mulher no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Como objetivos específicos foram definidos: verificar a ocupação do emprego para o gênero feminino; compreender a inserção no mercado por setor de atividade e identificar o padrão salarial de homens e mulheres em diversos setores e tipos de trabalho, com confrontação de informações, o que permite avaliar o mercado de trabalho da mulher, destacando as dificuldades, desafios e conquistas da mulher entre os anos de 2012-2013.

Para o alcance dos objetivos, realizou-se um estudo exploratório, definido por Gil (2009, p. 41) como um tipo de pesquisa que pode “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito [...] têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”. Ao incluir-se nesta tipologia procurou-se aprofundar os conhecimentos sobre evolução histórica da mulher na sociedade e no mercado de trabalho, enfocando a realidade cearense e em especial a da capital.

No que consta do estudo em si, se insere no contexto da pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2009, p. 44) “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Realizou-se leituras em diversas bases teóricas, entre as quais destacam-se livros, periódicos, artigos científicos e documentos que são publicados pelas instituições que fazem pesquisa e coleta de dados sobre o mercado de trabalho a nível nacional, estadual e local. No que consta dos resultados acerca da dinâmica de evolução da mulher no trabalho restrita à população da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) entre os anos de 2012 e 2013, contemplou-se dados da População Economicamente Ativa (PEA), Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

Acredita-se que este recorte, no que confere à apresentação de indicadores e de uma análise teórica sobre as mudanças, dificuldades, conquistas e desafios da mulher no mercado de trabalho seja de grande relevância como estudo acadêmico porque permite muitas contribuições em dimensões pessoais, profissionais, acadêmicas e sociais.

Quanto às contribuições pessoais, trata-se de um estudo que proporciona a busca por leituras sobre a realidade da mulher trabalhadora, o que favorece a ampliação do conhecimento sobre o tema, dos números e aspectos que se refere à dinâmica da inserção da mulher no mercado de trabalho. Isto conseqüentemente amplia a possibilidade de desenvolvimento das capacidades teóricas que podem ser utilizadas na prática profissional.

Quanto à questão acadêmica, as contribuições se efetivam na colaboração que se pode oferecer enquanto estudante de economia, investindo na construção de um trabalho que permita situar, não somente uma apresentação de dados numéricos referentes à inserção da mulher no mercado de trabalho. Pode-se também analisar mais profundamente a questão, incluindo as dificuldades, as conquistas e desafios que esta população tem e precisa vivenciar no contexto do estudo.

Essa análise se reflete como elemento de grande relevância quando se coloca a questão social. Ela permite adentrar ao contexto social da mulher, refletir sobre o mesmo e perceber como o gênero ainda é encarado socialmente e o que precisa ser mudado para que a igualdade flua no sentido de permitir a construção de concepções bem mais democráticas e humanas com relação à mulher.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EVOLUÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO: CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO

Chegar ao século XXI e escrever a história de uma mulher que trabalha e sustenta a família, e em controvérsia olhar para tempos passados e relembrar que houve momentos em que a mulher não podia nem mesmo contestar as atitudes do seu companheiro, mesmo que tais atos a prejudicassem psicológica ou fisicamente torna inevitável ter que compreender como ocorrera tal mudança, como historicamente a mulher foi se transformando ao longo do tempo e chega ao contexto atual podendo se dispor da sua independência, às vezes total.

Silva (2008) ao se dispor a escrever sobre a narrativa que dá cabo da evolução feminina destaca o descaso nesse sentido e faz menção de enfatizar que a mulher como sujeito histórico foi ausentada de toda a narração sobre a evolução humana porque todos os fatos foram, o tempo todo contados pelos homens; houve uma abstenção da incorporação da mulher como personagem da humanidade em todas as nações orientais e ocidentais. Mesmo em países como Estados Unidos e França, onde houve uma busca por direitos femininos mais cedo que no Brasil, a mulher sempre foi afastada da narrativa histórica.

E na verdade, quando se coloca a mulher como personagem da história humana, como membro da família, observa-se que desde o surgimento desta instituição social ela foi vista como um ser inferior, sem vez e sem voz. De acordo com Biceglia (2002) essa compreensão foi herdada das civilizações antigas como a grega e a romana, já que foram estas que iniciaram a instituição familiar e conceberam suas ideias primitivas como fonte de direitos.

Na verdade, as ideias lançadas por essas sociedades deram poder ao homem, pela força e pela superior liberdade, de organizar doutrinas que fizessem das mulheres um ser submisso, colocada em situação de subordinação ao gênero masculino. Muitas vezes, as mulheres eram vistas apenas como ao uso sexual para,

dar prazer ao homem e reproduzir a espécie. Imaginava-se que os fatos ocorriam e nada era sentido por elas, viviam estritamente sob o domínio masculino.

Nas sociedades patriarcais as mulheres eram consideradas seres mais frágeis, além de serem inferiores aos homens, estes possuíam direitos legais às quais lhes eram negados. À mulher restava-lhe cuidar dos afazeres domésticos e da criação dos filhos, muitas vezes não podiam nem mesmo aparecer em público. Elas também não podiam possuir propriedades. (STEARNS, 2007).

Vale também ressaltar que, todas essas práticas de subordinação da mulher tinham base nos preceitos religiosos. Era a igreja, além de detentora do aconselhamento aos governos, também a promotora de orientações à formação familiar por meio da doutrina religiosa. “A religião era o ditame da época. Dela surgia a figura da família, era a chamada Religião Doméstica. Esta religião foi a norma constitutiva da família antiga. Todo e qualquer ato relevante girava em torno do deus por eles adorado” (BICEGLIA, 2002, p. 12).

Toda essa doutrinação também foi trazida para o Brasil a partir da colonização. O modelo de família adotado a partir da compreensão acima citada, não fugiu à regra dos nossos costumes, de nossa cultura sobre quem domina a casa, quem sustenta e quem fala mais alto, no discurso, porque na prática teve-se diferentes convenções. De acordo com Priori (2013) quando dispõe-se a fazer um exame da história do Brasil nesse sentido, a autora destaca que sempre houve uma convivência com a pluralidade de tipos de família, desde o século XVI até os dias atuais. Nesse espaço de constituição familiar, a igreja esteve sempre presente, universalizando as normas; e a mulher era a peça fundamental de qualquer projeto, pois esta tinha como função primordial ensinar aos filhos a ser um religioso: rezar, ir à igreja, confessar-se, participar das missas e festas e sempre pronunciar o nome de Deus.

O entendimento sobre a dinâmica do trabalho feminino no Brasil requer compreender aspectos referentes à história da evolução desse gênero no país. Entende que “as mulheres precisam ser estudadas nos seus próprios termos, à luz

das atividades que executam e das posições que ocupam em suas próprias sociedades” (MENEZES, 2002, p. 65).

Na empreitada de entendimento sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho, estão inseridos aspectos que se revelam na sua evolução histórica enquanto membro social e no seu processo de subjetivação. Isso acaba abrindo espaço para que o gênero se situe na sua condição de ser humano, de membro social e de também construtora de princípios que funcionam como elementos importantes na dinâmica do desenvolvimento político e econômico da sociedade. Atenta-se para a ideia de que, “é relevante fazer a história daquela outra metade que milenarmente permaneceu desconhecida” (MENEZES, 2002, p. 66).

Desde o início, as interpretações sobre o gênero feminino se distorceram. E para isso, argumentos extraídos com base em diversas teorias foram usados, desde os que se veem a base nos textos bíblicos aos que cruelmente foram construídos pela dinâmica de poderio reservada ao gênero masculino que percorreu a história até então. “As mulheres ao longo da história sofreram e sofrem com a subordinação e a opressão de um mundo destinado prioritariamente a atender os direitos de homens brancos, letrados e ricos” (LOPES, 2007, p. 1).

Há ainda que se acrescentar que, a função doméstica, dependendo da classe social que a mulher ocupou nesse espaço de tempo variou, uma vez que, houve distinções de papéis entre, por exemplo, as mulheres dos senhores de engenho e as dos operários que eram escravos no tempo da colônia, das mulheres dos investidores burgueses das, dos camponeses; cada uma vivia dentro da condição social, mas a função de mãe, companheira ou filha obediente foi sempre a posição de destaque (PRIORI, 2013).

Quanto ao regime social adotado para o exercício do poder no âmbito familiar, era todo reservado ao pai. Ao fazer uma leitura do trabalho de Biceglia (2002) compreendemos que a mulher como mãe não tinha o direito de opinar nem direcionar qualquer ensinamento aos filhos, o pai era como se fosse um ser supremo, encarregado de manter a família dentro dos padrões sociais que eram impostos pela sociedade da época. As filhas de sexo feminino tinham que seguir o

mesmo destino da mãe; se quisessem casar tinham que se sujeitar aos maridos – pelo menos aparentemente – se não quisessem casar restava-lhes ser celibatárias e seguir a vida religiosa.

Podemos observar que até meados do século XX no Brasil, ainda se destacava esse tipo de vida feminina. A saída da mulher jovem da casa de seus pais era restrita ao casamento e à ascensão da vida religiosa; poucas moças, mesmo das classes mais abastadas conseguiam estudar e adquirir uma formação educacional mais elevada. Se a mulher fosse daquelas que frequentasse muito as ruas, era logo difamada socialmente. Priori (2013) nos auxilia nessa caracterização cultural feminina do tempo de nossas avós dizendo que nem mesmo o marido era possível escolher porque até isso era decidido pelo pai, as mulheres que saíam de casa para trabalhar eram as domésticas, trabalhavam em casas de família da elite. As que se casavam tinham de se comportar como santa. A rua não era lugar para mulher de respeito, mas de mulher “fácil”, ou seja, de prostitutas.

Pelo que podemos observar, a mulher foi reprimida durante muito tempo. Além de discriminada, vista como um ser que jamais poderia acompanhar o homem no que diz respeito à formação, ao trabalho e às mais diversas atividades que hoje são desenvolvidas pelo público feminino. No entanto, esse contexto de aprisionamento da mente e da atitude comportamental da mulher no Brasil teve aberturas que se embasaram justamente na condição vivida pelo gênero.

Segundo Biceglia (2002) foi esse comportamento repressivo masculino e a condição de subordinada que levou a mulher à luta pela sua liberdade. Gradativamente, algumas mulheres começaram a cultivar o desejo de liberdade e se dispuseram à conquista dos seus sonhos. Principalmente no que se trata da realização profissional. Mundialmente, isso se deu ainda no início do século XIX, a partir da revolução cultural e industrial, quando as mulheres começaram a atuar como operárias e foram adquirindo direitos, participando de associações profissionais onde podiam fazer deliberações e votar. No Brasil, o movimento feminista se deu um pouco atrasado do que ocorreu em outros países ocidentais; o marco da história de busca pela libertação da mulher tem a ver com a atuação das

ideias feministas. No início do século, as ideias já existiam, porém, não havia um movimento coeso.

Segundo Silva (2008), a luta mais forte se deu por volta da década de 60 já no século XX, originou com a efervescência cultural e política, algo que estavam em alta em todo o Ocidente. Eram movimentos que se associavam às vanguardas intelectuais que pressionaram os padrões morais socialmente aceitos. A partir disso foram se desmontando os valores, os conceitos mais tradicionais e opressores sobre a família e a condição das mulheres como subalternas dentro de casa.

Podemos perceber que, mesmo já havendo um sentimento de desejo de liberdade por parte da mulher, no início do século XIX, a liberdade de expressão desse desejo somente foi possível quando as ideias se associaram à busca pela liberdade de concepções referentes a outros valores, incluindo-se os que se voltam ao conhecimento científico, à política e aos demais aspectos que envolviam a cultura social. E isso se deu a partir dos anos 60, culminando na década de 70, quando o campo acadêmico absorve a questão com tendência teórica inovadora e de forte potencial crítico e político. Além disso, é algo que surge em um momento de crise do capitalismo, quando emerge a teoria marxista, o freudismo e todos os outros estudos que desencadearam o modernismo e o pós-modernismo. Este último foi responsável por induzir as discussões marginais e com isso revelado ao campo feminino “que os homens sempre haviam tido sucesso em ocultar: não há um poder, o poder é criado [...] tomaram consciência que se os homens tinham sempre estado no poder, era porque eles assim se colocavam” (SILVA, 2008, p. 226).

Nesse enfoque, podemos perceber que, após as ideias pós-modernas, o mundo feminino passa a viver uma nova era. Mesmo que no Brasil, estivéssemos em plena Ditadura Militar era possível perceber as mulheres profundamente envolvidas nos movimentos políticos. Além disso, a mulher começa a ser estudada, tendo seus ideais comparados aos do mundo masculino. Cunha (2000) afirma surgir, nesta época, muitas inovações nos estudos sobre a mulher, incorporam-se à academia pesquisas relacionais sobre os dois gêneros: masculino e feminino. E isto, certamente foi o que tornou mais fácil o caminho para se atravessar o século XX e

se chegar ao século XXI com a ideia de que a mulher tem os mesmos direitos voltados à cidadania que os homens.

É essa compreensão sobre a mulher que a faz atuar na contemporaneidade com um novo perfil: o de trabalhadora, de dona de casa ou chefe de família, de educadora e proprietária, de executiva, de pesquisadora, enfim, podendo assumir os diversos papéis que são postos aos dois gêneros. Para isso, Priori (2013) coloca que a tecnologia e a educação foram muito importantes, porém, mesmo tendo um leque de possibilidades de atuação, as questões de distinções entre homens e mulheres ainda são bastante fortes em diferentes regiões do país, principalmente quando se trata dos papéis sociais que a mulher tem de assumir.

Ressalta a autora supracitada que no Brasil passaram-se mais de 200 anos para que nós mulheres pudéssemos conquistar o direito à livre expressão, ao voto, a planejar a reprodução familiar, a usar a roupa ao estilo que quiser, a ocupar cargos mais elevados em empresas nacionais e multinacionais; em suma, a ter direito ao exercício à cidadania a partir de aparatos legais que o garantissem pela igualdade em ser da espécie humana.

E mesmo assim, as questões relacionadas à profissionalização, por exemplo, ainda são muito discutidas, em especial quando se trata da inserção da mulher no mercado. Mesmo existindo uma constituição que orienta a igualdade, muitas temáticas relacionadas a este assunto merecem ser destacadas com relação ao trabalho feminino.

2.2 A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

No Brasil, o surgimento e inserção da mulher no campo de uso da força de trabalho ocorreram por meio do desenvolvimento de um processo contraditório de mudanças. Na época, em meados do século XIX, as mudanças ocorridas no país, nas estruturas produtivas, nas formas de organização do trabalho e nas relações de trabalho (entre classes e entre sexos), foram os fatos que conduziram a sociedade

brasileira, naquele momento a configuração era predominantemente industrial (LOPES, 2007).

Até a mulher se dar conta de que precisava lutar pelos seus direitos, muitos regulamentos que oprimiam a liberdade e reprimiam a luta e a vontade feminina de exercer uma profissão foram elaborados. A maioria dos códigos civis do casamento garantia ao homem poder absoluto sobre a mulher, como se ela fosse objeto à disposição unicamente da família. Segundo Priori (2013) o Código Civil de 1916, estipulava a incapacidade de a mulher casada exercer qualquer que fosse a atividade profissional. Era reservada ao marido a representação legal, e para trabalhar teria que ter a autorização prévia dele. E mesmo que a mulher fosse dona de algum dote por herança e os assumisse, seria vista com um comportamento masculino pela sociedade.

Essa concepção machista sobre as capacidades femininas, pautada muito mais na possibilidade de monopólio do poder por parte do homem perdurou até que a modernidade emergisse do seio das revoluções moderna e industrial, das quais emergiram a possibilidade de a mulher iniciar a inserção no mercado de trabalho como operária.

Feitosa (2010) cita que, além da Revolução Industrial no século XIX, responsável por expandir vagas de emprego em fábricas e de preferir a mulher por uma mão-de-obra mais barata, as 1ª e 2ª Guerras Mundiais, também foram fatores contribuintes para esta inserção, pois era um contexto em que a figura masculina foi retirada do lar para ser enviada aos campos de batalhas. Com isso, as mulheres passaram a assumir os lugares dos homens, desenvolvendo por eles as atividades laborais para poder sustentar a família.

No entanto, agregada a esse contexto histórico estava também a luta das mulheres pela sua emancipação por meio dos movimentos feministas que se alargavam em busca da efetivação dos direitos de igualdade na sociedade. Esses aspectos foram imprescindíveis para o primeiro momento de inserção da mulher no mercado de trabalho. As primeiras conquistas de inserção, as quais davam a liberdade às primeiras mulheres de saírem do ambiente doméstico para trabalhar,

foram submetidas às situações mais adversas: cargas horárias que variavam de 14 a 18 horas diárias e salários menores que os pagos aos homens no desempenho da mesma função. Além disso, ao retornar à casa ainda tinham que dá conta dos afazeres domésticos (FEITOSA, 2010).

Outro fato importante foi o movimento realizado em maio de 1968 em Paris, quando estudantes saíram às ruas em confronto ao sistema político opressor e os costumes sociais. A expansão de seus resultados como maior movimento social do século XX culminou, em especial no Brasil com a elaboração de um novo Código Civil, que apesar de permitir que a mulher poderia trabalhar sem a autorização prévia do marido, este ainda era mantido como o chefe da família, o que evidencia que as mudanças eram lentas, mesmo que após essas manifestações também tenha sido possível a criação do Conselho Nacional das Mulheres do Brasil, inicialmente presidido por Romy Medeiros da Fonseca, um dos destaques nacionais na luta pela promoção sócio-profissional da mulher brasileira. Na década de 70, como resultado dessas primeiras lutas e desse cenário de mudanças, a mulher inicia a sua participação como trabalhadora em escritórios, serviços, fábricas, lojas e outros (PRIORI, 2013).

Na verdade, o que se pode observar é que, os primeiros passos dados historicamente para a inserção da mulher no mercado de trabalho, além de serem lentos foram carregados de muitas lutas. Feitosa (2010) menciona que essa inclusão ocorreu a partir do enfretamento à resistência e aos preconceitos.

E tudo foi possível graças ao feminismo que se instaurou no Brasil até que se chegasse à década de 80 do século XX com a certeza de que a mulher teria que ter seu direito de igualdade assegurado pela Lei, principalmente no que se referia ao exercício de uma profissão.

Segundo Biceglia (2002), foi na Constituição de 1988 que se evidenciou o princípio da equalização entre homens e mulheres. Inicialmente, no que se refere à profissionalização esta nova lei ampliou os direitos trabalhistas, determinando a proteção do trabalho da mulher, além de proibir a diferença de salários e qualquer outra forma discriminatória que atente contra a igualdade entre homens e mulheres.

Como todas as conquistas históricas associadas a uma visão democrática e pós-modernista, percebe-se que todo o contexto de evolução da conquista do espaço feminino vai se alargar a partir da Constituição Federal de 1988 que até hoje está em vigência. E nesse contexto, segundo Priori (2013, p. 66) “Agora, nenhuma mulher teria vergonha de trabalhar para contribuir no orçamento doméstico. Das mulheres ouvidas, a absoluta maioria aprovaria o trabalho feminino, embora apenas 25% estivessem no mercado de trabalho”. Vê-se, portanto, que havia uma Lei garantindo o direito, porém, a realidade no que diz respeito a índices de mulheres ocupadas no mercado era ainda parecida com as épocas anteriores.

Segundo a autora supracitada, nesse contexto legal, a mulher ainda estava se sentindo espremida pela educação antiquada que recebera e por uma lei que a libertava das grades domésticas para o mundo do trabalho. Era difícil se libertar das amarras do passado para se ver como verdadeira detentora de um poder que foi conquistado a partir da luta feminista, mas que a maioria das brasileiras nem entendiam como aconteceu e a que tinham direito. Talvez por isso, mesmo com a constituição ao seu favor e com a vasta quantidade de opções que podem oferecer à mulher opções de profissionalização e de trabalho digno, ela tenha adentrado ao século XXI como participante de uma realidade que ainda não é considerável, quando se fala em inserção no mercado de trabalho.

Biceglia (2002) afirma que existem muitos pontos a serem considerados, muitos direitos necessitam de ser reconhecidos. Silva (2008) não hesita em dizer que, em se tratando de ampliação dos direitos da mulher e de sua participação na história como personagem importante é preciso compreender que mesmo na atualidade, com tantos direitos assegurados, ainda é tempo de mudança. Segundo Priori (2013, p. 73) é preciso compreender que “hoje, elas querem, ao mesmo tempo, ser mães, trabalhadoras, cidadãs e sujeitos de seu lazer e prazer. Difícil? Sim, mas inevitável”.

Não há como negar que na atualidade a mulher já está inserida no mercado de trabalho, embora isto, no Brasil, seja objeto de discussão, análise e reflexão. É importante reconhecer: por trás de todo o processo de conquista do espaço feminino

no campo profissional, há aspectos que necessitam de conhecimento mais aprofundado, para que haja entendimento acerca da dinâmica que ocorre nesse contexto. Em primeiro lugar, tem-se que levar em conta que a dinâmica relacionada ao trabalho feminino tem base na ascensão dos movimentos feministas, no aumento da escolaridade entre a população feminina e na luta pela garantia dos direitos de igualdade entre os sexos. Foi o efeito deste conjunto de fatores que possibilitou a realidade de hoje se poder ver mulheres atuando nos mais diversos espaços que antes eram ocupados apenas pelo gênero masculino (FEITOSA, 2010).

Desse tempo de inserção no século XIX até o nosso século XXI, muitas foram as transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro, mas as mulheres continuaram fazendo parte deste cenário, com dificuldades, conquistas e desafios. Sem fugir à luta que lhe é diária, justamente porque as suas atividades laborais não são vistas, mesmo neste século, como de igual valor às do gênero masculino. Barros et al (2001, p. 3) cita que

A inserção das mulheres no mercado de trabalho melhora tanto quantitativamente, via aumento da taxa de participação feminina, como qualitativamente, através do acesso a melhores postos de trabalho, antes reservados aos homens. No que se refere à dimensão quantitativa, [...] a participação feminina tem aumentado cerca de 15 pontos percentuais por década no Brasil.

Essa visão do autor é realmente aceitável, uma vez que, a simples observação cotidiana sobre como vivem as mulheres, de como elas atuam nas mais diversas atividades de trabalho faz compreender que o progresso dessa inserção feminina nas atividades econômicas do país é crescente.

Vale ressaltar que essa insistência e preconceito continuam, sendo peça chave das tantas lutas que ainda precisam ser travadas para que essa realidade seja transformada. Entre as conquistas nacionalmente realizadas estão a implantação de diversos planos e políticas estratégicas que foram criados para enfrentar o problema da desigualdade de gêneros.

Ao fazer uma revisão sistemática sobre estudos, políticas e práticas que adotaram o conceito de gênero como ferramenta teórico-metodológica, de cunho

problematizador e com possibilidades de intervenção nesses processos de sustentação da desigualdade entre homens e mulheres encontra-se uma trajetória de reconhecimento, incorporação e legitimação crescentes dessa teorização, nas últimas décadas. São estudos registrados na plataforma Lattes do CNPq e também outros sinalizadores bem mais contundentes e significativos, a nível inclusive de Estado, como é o caso da criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM, 2003), que impulsionou a estabelecer o Plano Plurianual (2004), com prioridades governamentais na área social com o objetivo de promover a redução das desigualdades de gênero. A meta da SPM (2003) viabiliza incorporar transversalmente um conjunto das políticas e programas propostos e implementados pelo governo para não somente discutir, mas agir, na mudança de comportamento com relação à igualdade/desigualdade de gênero (MEYER, 2004).

Mediante a criação das estratégias mencionadas, outras ações forma possíveis, como a implementação do II Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres (IIPNPM), implantando no ano de 2008. Um dos princípios deste é a busca pela igualdade e respeito à diversidade:

Mulheres e homens são iguais em seus direitos. Sobre este princípio se apoiam as políticas de Estado que se propõem a superar as desigualdades de gênero. A promoção da igualdade requer o respeito e atenção à diversidade cultural, étnica, racial, inserção social, de situação econômica e regional, assim como aos diferentes momentos da vida. (BRASIL, 2008, p.27).

Pelo que se observa, a política pública busca equiparar não somente o direito ao respeito como ser humano, mas também quanto ao acesso às oportunidades de expansão da renda feminina. O fato é que hoje “as mulheres compõem um segmento populacional importante e significativo para as economias nacionais” (COSTA, 2008, p. 7).

Mesmo assim, ainda há diferenças na dinâmica de evolução do mercado de trabalho feminino. Uma destas é a duração da jornada de trabalho. Os números indicam que cerca de 30% das mulheres trabalham efetivamente menos de 40 horas por semana, enquanto que os homens, o número chega a apenas 15%. Vê-se que há uma diferença de inferioridade do tempo de atuação das mulheres em cinco

horas e isso provoca um importante impacto sobre o potencial de geração de renda das mulheres. Porém, os motivos para essa redução de carga horária de trabalho da mulher necessita de estudos aprofundados, uma vez que esta realidade pode ser resultado de uma escolha das mulheres por uma jornada menor. Não necessariamente o fato pode estar associado a um impedimento imposto pelo mercado de trabalho ou aspectos que não sejam do seu controle (BARROS et al, 2001).

No que consta das concepções sociais adotadas, hoje, a realidade conta com muitas mudanças. De acordo com Ramos (2006) já não há mais tanta resistência do gênero masculino quanto a esta questão e isso se deve justamente ao fato de que, a renda obtida nas atividades laborais femininas complementam o orçamento familiar e este fator tece influência bastante contundente na mudança de postura cultural em relação ao trabalho feminino.

Chega-se assim, à conclusão de que trabalhar não é mais um risco ao casamento nem à fragilidade que foi defendida à mulher, de forma omissiva e impositiva durante séculos. É necessário que a mulher seja vista como ser normal, assim como o homem o é, e que no trabalho tenha os mesmos direitos, se efetive como cidadã e não tenha restrições, ou seja, discriminada por qualquer motivo que se associe à ideia de ser mulher.

2.3 A MULHER CEARENSE NO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

Inserido dentro de uma conjuntura nacional, o Estado do Ceará participa, teoricamente da mesma escala processual de mudanças que ocorreram historicamente para que ocorressem as mudanças no que concerne à cultura relacionada ao trabalho feminino.

Ao enfatizar o relato acerca da história da inserção da mulher no mercado de trabalho no Brasil, e ao contextualizar tal fenômeno dentro do espaço de uma região, uma localidade, há de se admitir que existam as possibilidades, diante da dimensão territorial e da diversidade cultural que é evidente nas diferentes regiões do país, há

possibilidades de a história da inserção da mulher no mercado de trabalho apresentar caráter diferenciado de um lugar para outro, o que abre espaço para a necessidade de se adentrar, neste trabalho, ao contexto específico do Ceará, mais especificamente em Fortaleza e regiões metropolitanas, para tratar dos aspectos que se referem à evolução da mulher no mercado de trabalho.

Em primeiro lugar, vale apresentar que Fortaleza é o nome da metrópole que também sedia a capital do Estado do Ceará, o qual se situa na região Nordeste do Brasil. Trata-se da quinta maior cidade do país, a terceira maior do Nordeste. A mesma tem uma região metropolitana extensa, formada por 15 municípios, denominada de Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Dentro desse contexto, é uma cidade localizada no litoral do Estado, um importante centro industrial, comercial e turístico da região e do país na atualidade (GONÇALVES, 2011).

No entanto, no que se refere à história de sua formação social, a partir da colonização, foi distinta das demais capitais do Nordeste porque o processo se deu, partindo do interior para o litoral, que é a sua localização, enquanto as outras foram colonizadas do litoral para o interior. Desta forma, teve o desenvolvimento de sua representatividade política e social lento, situação que complicou cada vez mais a condição da mulher na história de sua inserção no mercado de trabalho. Esmeraldo (1998) afirma que, no período colonial a mulher fortalezense era absolutamente dependente do homem. Portanto, nem imaginava em sair de casa para trabalhar. Somente as negras e pobres se sujeitavam, quando solteiras a trabalhar como doméstica em casas de família. Esta era a única atividade reservada à mulher na época.

Mesmo com a urbanização, expansão de capital e a hegemonia consolidada na segunda metade do século XIX, a mulher continuava marginalizada e sujeita à figura masculina, obedecendo fielmente aos ditames dos códigos legais mencionados no texto anterior deste trabalho e que colocavam o homem na posição de autoridade máxima sobre a figura feminina. O autor supracitado analisa que a evolução do comércio e dos serviços públicos na capital do Ceará ocorridos no século mencionado somente serviu à população masculina, a feminina continuou,

em sua grande maioria, marginalizada. Em suma, as mulheres foram, em grande número, excluídas do processo de transformação pelo qual passou a cidade.

E o processo acentuado de exclusão da mulher do mercado de trabalho cearense continuou no século XX. Segundo Oliveira (2007), mesmo com o processo de migração campo-cidade, em um período de desenvolvimento entre os anos de 1950 a 1980, que contribuiu para o aumento da população e para a formação da RMF, as ideias de modernização não foram tão fortes quanto nas outras capitais industrializadas do país. A filosofia do comportamento feminino padronizado continuou de forma bem profunda e a inserção da mulher no mercado de trabalho também foi atingida com isso.

Somente na década de 90 é que a mulher consegue se sobressair e ampliar a sua participação no mercado de trabalho na RMF. Em um estudo realizado por Pires (1995), no qual ele fez comparações entre o período de 1991 a 1995 sobre a dinâmica de ocupação da população, os resultados revelaram que entre esses anos a mulher ampliou a participação no mercado de trabalho, em casos específicos, mais acelerada do que a masculina. E isso se deu, não pelo fato de que o gênero tenha sido valorizado no mercado, mas porque foram empurradas pela baixa acentuada dos salários, obrigando-as a buscar outras atividades como complemento, tanto as de classes mais baixas como as de classe média.

Oliveira (2007) assinala que foram essas transformações que estimularam a presença de nova realidade no mercado de trabalho fortalezense. Depois do crescimento da oferta de atividades, aconteceu uma reestruturação das bases técnico-produtivas da economia. O mercado de trabalho cearense se insere então no contexto da globalização.

A partir dessa inserção, este mercado passa a ser frequentemente analisado, a partir de estudos que permitem visualizar os números que revelam como se dá a dinâmica de participação, remuneração, faixa etária por gênero e demais variáveis relacionadas. E como forma de demonstração de indicadores numéricos, as análises quantitativas são realizadas considerando a taxa de participação, ou de atividade, como indicador principal dada pela relação entre a PEA, (ocupados e

desempregados) e a População em Idade Ativa (PIA). Estado do Ceará, Região Metropolitana de Fortaleza e área não-metropolitana do estado (COSTA, 2008).

O destaque para se caracterizar a inserção da mulher no mercado de trabalho no Estado do Ceará se delimita a anos correntes na década de 2000, quando os resultados alcançados dão conta de apresentar uma evolução conjuntural favorável na geração de trabalho e renda (RAMOS, 2006).

O que se observa dessa realidade é que, a atividade laboral feminina no Estado do Ceará, em termos econômicos, tem sido tão importante quanto a masculina. Isso faz surgir a necessidade de se obter números que sejam mais precisos com relação a esta atuação trabalhista da mulher e sua participação na economia local, pois, percebe-se a abertura de uma nova conjuntura relacionada a atividade laboral neste contexto. O IPECE (2013) registra que, a média de mulheres na PEA permaneceu constante ao longo da década de 2000. Os números apresentam uma média de 43% nesta década, sendo que, em 2011 houve uma queda para 42,7%.

De acordo com dados apresentados por Costa (2008), em termos de percentuais, a presença feminina no mercado de trabalho apresentou a seguinte realidade, entre os anos de 2001 a 2006: “a PEA estadual sai de 42,90%, em 2001, para 43,72%, em 2005, permanecendo em 42,52%, em 2006, bem similar às Regiões Nordeste (42,37%) e Centro-Oeste (42,66%)” (COSTA, 2008, p. 18).

O IPECE (2013), ao dá continuidade à apresentação de dados com relação à participação da mulher no mercado de trabalho cearense constata que, ao considerar apenas a população feminina, há uma estabilidade da participação desta no mercado de trabalho cearense, em torno de 56%. Houve queda entre 2009 e 2011, quando a taxa de participação entre a população feminina atingiu um nível relativamente baixo (49,9%). Acrescenta o documento do instituto citado que a redução da taxa de participação não ocorre apenas com a população feminina, mas também com a masculina e que isto foi resultado de um movimento demográfico caracterizado pelo aumento da PIA no período.

No entanto, ao se focalizar as diferenças na taxa de desemprego entre homens e mulheres, constata-se que a taxa de desemprego é menor entre a população masculina.

O que se pode observar é que em termos de participação da mulher no mercado de trabalho do Estado do Ceará, durante toda a década de 2000, perpassando o ano de 2011, a mulher ampliou a inserção neste mercado. Porém, acredita-se que esta conquista tenha rendido dificuldades e desafios, aspectos estes que se pretende analisar mediante o estudo proposto.

3 METODOLOGIA

Segundo Marconi e Lakatos (2008) o caráter metodológico de uma pesquisa, não abrange somente o tipo de pesquisa a ser realizada, mas os itens possíveis de responder questões que se ligam à forma de desenvolvimento, ao que está sendo investigado, aos sujeitos envolvidos e sua quantidade. Isso corresponde aos métodos de abordagem utilizados, aos procedimentos e técnicas, a qualificação e delimitação do universo da pesquisa e o tipo de amostragem.

Ao analisar a visão de Marconi e Lakatos (2008) chega-se ao entendimento de que, para caracterizar esta pesquisa, precisa-se analisá-la segundo observação desse conjunto de caracteres. Considerando isso, vê-se que este estudo se insere numa abordagem descritiva e exploratória de caráter qualitativo.

Descritiva porque visa caracterizar populações e/ou fenômenos por meio da descrição de suas características, tais como variáveis referentes à inserção da mulher no mercado de trabalho, como é o caso da ocupação no emprego, da inserção por setor e da questão salarial.

É exploratória porque procura aprofundar o conhecimento do pesquisador sobre um determinado fenômeno; a finalidade principal da mesma é desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, criando questionamentos e lançando possíveis hipóteses para estes, sendo que tal processo pode ser feito através de revisões bibliográficas, que é este o caso do estudo.

É uma pesquisa de abordagem qualitativa porque pretende avaliar a relação entre ocupação do emprego por setores e as questões de comparação entre os salários do homem e da mulher.

Mas, com base nos procedimentos técnicos utilizados, todas essas tipificações são imersas em apenas um tipo: a pesquisa bibliográfica, que pode ser desenvolvidas a partir da leitura de diversos materiais já publicados, entre os quais se incluem livros, publicações periódicos, anuários, boletins e enciclopédias (GIL, 2009). No caso deste estudo, faz-se uma revisão de publicações em livros e

diversas outras fontes, em especial os boletins mensais que fornecem dados das pesquisas referentes ao mercado de trabalho da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

3.1 OS PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

O instrumento de pesquisa é uma das partes de fundamental importância. Segundo Gil (2009) uma das mais importantes técnicas disponíveis para a obtenção de dados nas pesquisas sociais. Como se trata de uma pesquisa bibliográfica sobre o fenômeno da inserção da mulher no mercado de trabalho na RMF, o primeiro procedimento, depois da escolha do tema, foi a seleção de material bibliográfico que realmente pudesse fundamentar o estudo e, ao mesmo tempo, fornecer resultados acerca do fenômeno a ser estudado.

Obedecendo as orientações de Gil (2009) fez-se um levantamento bibliográfico preliminar, pesquisando em livros, revistas, bases de dados virtuais como: *Google Acadêmico* e *SciELO*, dentre outros. Nestas buscas encontrou-se diversos materiais escritos, entre artigos científicos, livros, revistas, boletins periódicos, monografias e dissertações forma mais de 30 trabalhos, porém nem todos se inseriam no contexto do estudo por não abordar o tema de forma a atender os objetivos do estudo. Enfim, neste momento teve-se a oportunidade de iniciar o “estudo exploratório, posto que tem a finalidade de proporcionar a familiaridade com a área de estudo no qual se está interessado” (GIL, 2009, p. 61).

A análise ficou restrita à população RMF, na qual se contemplará a PEA e PNEA e PED.

Para entender a dinâmica de inserção da mulher no mercado de trabalho na RMF entre os anos de 2012 a 2013, consideraram-se materiais de pesquisa elaborados por institutos que sejam fontes confiáveis, a fim de se retratar resultados que estejam próximos da realidade do mercado de trabalho feminino, o qual vem cada vez mais ganhando destaque na RMF.

Em suma, a partir das leituras foi desenvolvido um estudo teórico da temática em questão desses materiais foram excluídos, outros incluídos e selecionados para leitura, fichamento, resumos e resenhas. Em seguida partiu-se para a redação da monografia. Escreveu-se o referencial e em seguida a metodologia. No final, desenvolveu-se a análise dos dados. Nesta parte, os materiais mais importantes foram os Boletins do Sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Isto porque, trata-se de um material que aborda a evolução mensal do mercado de trabalho na RMF, trazendo resultados de grande relevância para o alcance dos objetivos deste estudo.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 A DINÂMICA DA INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NA RMF NO PERÍODO DE 2012-2013

4.1.1 Avanços na ocupação: comparação por gênero

A análise da dinâmica de evolução de inserção da mulher no mercado de trabalho tem que levar em consideração, em primeiro lugar os avanços no que diz respeito à ocupação do emprego, uma vez que, a informalidade tem sido marca constante nas atividades trabalhistas, e quando se trata desta por gênero, a mulher certamente tem se destacado como trabalhadora informal. Isto devido justamente à desvalorização, ao preconceito, às diferenças pautadas no ideal de fragilidade, dentre outras pelas quais a mulher tem passado historicamente.

Em se tratando desses avanços na ocupação, antes de destacar os avanços entre os anos de 2012-2013, o Boletim PED (2014) faz menção de destacar que, independente de gênero, especialmente no ano de 2013 o mercado de trabalho metropolitano de Fortaleza apresentou uma redução da força de trabalho, sobretudo, quando se trata da inserção de mulheres. Na Tabela 1 verifica-se os resultados em números.

Tabela 1 – Estimativa da população economicamente ativa e das populações ocupada e desempregada, segundo o sexo – Região Metropolitana de Fortaleza - 2012 – 2013.

Condição de Atividade	2012			2013		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA	3.126	1.458	1.668	3.186	1.493	1.693
População Economicamente Ativa	1.819	983	836	1.813	991	822
Ocupados	1.657	910	747	1.668	926	742
Desempregados	162	73	89	145	66	79
Inativos com 10 Anos e Mais	1.307	475	832	1.373	502	871

Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/SINE-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MTE/FAT.

Conforme os dados apresentados na Tabela 1, referentes à população em idade ativa, em número por mil, as mulheres se destacam porque, ao fazer um recorte por gênero, as mulheres representam um número bem maior em relação aos homens, tanto no ano de 2012 quanto no de 2013.

De uma forma mais detalhada observa-se que, ao comparar os números por gênero no ano de 2012, a diferença entre homens e mulheres nos números da população em idade de trabalho é de 210, calculando este número com relação ao total geral da população ativa, que é de 3.126, os números em percentuais são os seguintes apresentados na Tabela 2:

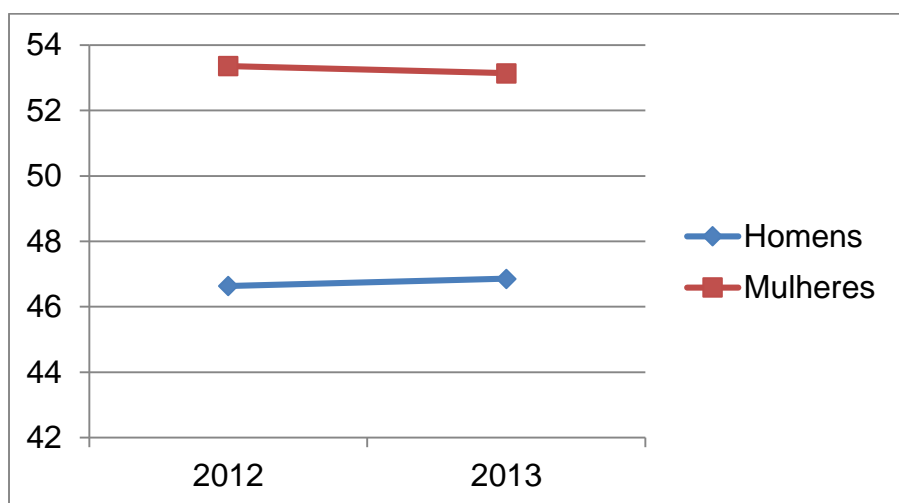
Tabela 2 – Percentuais numéricos da população em idade ativa por gênero na RMF - 2012-2013.

Condição de Atividade	2012		2013	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
População em idade Ativa	46,64%	53,36%	46,86%	53,14%

Fonte: Adaptada do boletim (PED) - Elaborada pela autora.

Vê-se que, no ano de 2012, a diferença foi de 6,72% pontos de vantagem das mulheres em relação aos homens com referência aos números gerais da população em idade ativa. No ano de 2013, esta diferença foi de 6,28%.

A comparação dos dados revela que, concernente a avanços numéricos por gênero, os números relacionados à população em idade ativa mantiveram-se nivelados no biênio, ou seja, quase não houve mudanças, nem para um gênero nem para o outro. O Gráfico 1 traz a representação da linha de evolução referente a esses dados.

Gráfico 1 – Variação da população em idade ativa segundo o sexo na RMF - 2012-2013

Fonte: Adaptada do boletim (PED) - Elaborada pela autora.

Pode-se verificar no Gráfico 1, que quase não há diferenças na linha de evolução, nem de um gênero nem de outro, sendo que, em 2013 os homens evoluíram no que diz respeito aos números em idade ativa um pouco mais do que as mulheres. Porém, o que fica bem claro é que o número de mulheres em idade ativa se mantém mais elevado do que os números da população masculina em ambos os anos.

Agora com relação ao número de ocupados, desempregados e inativos com dez anos ou mais, vê-se uma realidade que demonstra o quanto ainda persiste desigualdade quando se trata das experiências de inserção da mulher no mercado.

A Tabela 3 demonstra de forma especial como se apresentam esses dados em percentuais.

Tabela 3 – Percentuais dos ocupados, desempregados e inativos em relação à população em idade ativa na RMF - 2012-2013

Condição de Atividade	2012		2013	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
População em idade Ativa	46,64	53,36	46,86	53,14
Ocupados	62,41	44,78	62	44,5
Desempregados	5,02	5,2	4,4	4,5
Inativos por 10 anos ou mais	32,57	50,02	33,6	51

Fonte: Adaptada do boletim (PED) - Elaborada pela autora.

Ao analisar os índices de ocupação entre os gêneros masculino e feminino no período de 2012 a 2013, percebe-se que o número de mulheres ocupadas em relação ao número em idade ativa do gênero e que estiveram ocupadas é bem menor do que o de homens, visto que, em 2012 é 44,78% e em 2013 44,5%. Enquanto isso, os dados referentes ao gênero masculino apresentam a seguinte realidade: 62,41% em 2012 e 62% em 2013.

É evidente que há uma diferença bastante significativa no que se refere à ocupação das mulheres em idade ativa. Os homens vivenciam uma situação de emprego formal bem mais satisfatória do que as mulheres. Pode-se perceber isso quando se faz comparação entre os percentuais relacionados aos gêneros, considerando os números, tanto de 2012 quanto de 2013. Veja-se a comparação na Tabela 4

Tabela 4 – Percentuais dos ocupados, desempregados e inativos em relação à população em idade ativa na RMF - 2012-2013.

Condição de Atividade	2012		2013	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
População em idade Ativa	46,64	53,36	46,86	53,14
Ocupados	62,41	44,78	62	44,5
Desempregados	5,02	5,2	4,4	4,5
Inativos por 10 anos ou mais	32,57	50,02	33,6	51

Fonte: Adaptada do boletim (PED) - Elaborada pela autora.

Comparando os índices de homens e mulheres ocupados, desempregados e inativos há mais de 10 anos, com referência ao biênio 2012-2013, obtém-se dados diferenciais significativos entre um gênero e outro, em especial no que se refere ao contingente da população masculina e feminina em idade ativa no que diz respeito ao número de ocupados e de inativos há dez anos ou mais. Calculando os índices de diferenças tem-se o seguinte resultado apresentado na Tabela 5:

Tabela 5 – Percentuais de diferença condição de atividade na RMF - 2012-2013.

Condição de Atividade	2012			2013		
	Homens	Mulheres	Diferença	Homens	Mulheres	Diferença
Em idade ativa	46,64	53,36	6,72	46,86	53,14	6,28
Ocupados	62,41	44,78	17,63	62	44,5	17,5
Desempregados	5,02	5,2	0,18	4,4	4,5	0,1
Inativos por 10 anos e mais	32,57	50,02	17,45	33,6	51	17,4

Fonte: Adaptada do boletim (PED) - Elaborada pela autora.

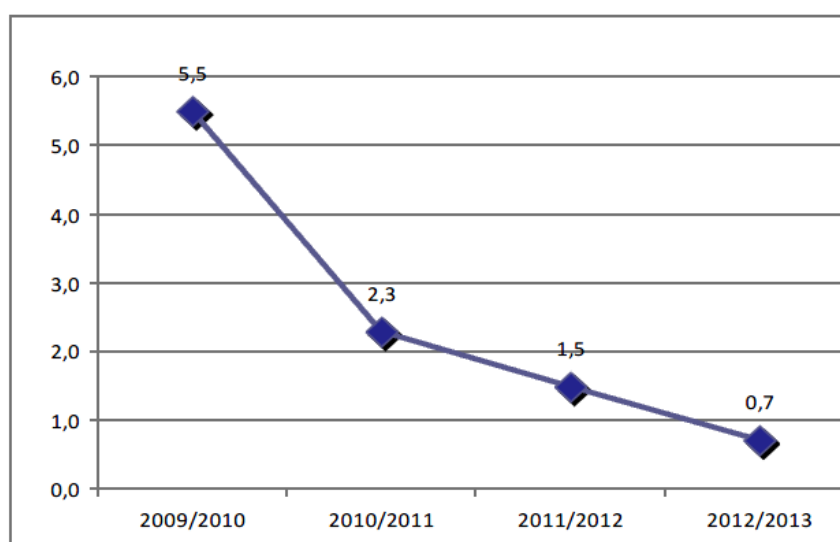
Ao comparar os índices de ocupados, desempregados e inativos por 10 anos e mais pode-se perceber que, a diferença de percentuais entre homens e mulheres, tanto no que diz respeito ao total de ocupados e de inativos por mais de 10 anos, os índices superam os 17%. Uma diferença significativa no que diz respeito à dinâmica de inserção da mulher no mercado. Esses números são representados da seguinte forma: há 17,63% a mais de homens ocupados no ano de 2012 e 17,5% em 2013 do que de mulheres.

Os índices de inativos por mais de dez anos também são em torno de 17% a menos dos homens em relação às mulheres. Segundo o Boletim PED (2014) esses índices revelam que há uma aparência de que a situação de emprego vivenciada pelas mulheres nos mercados de trabalho agrava-se na RMF.

Vê-se claramente que o número de desempregos e de inatividade ainda é muito elevado, chegando a beirar os 55% das mulheres em idade ativa. No entanto,

a mesma referência citada também ressalta que, é preciso considerar como ocorreu o ritmo de expansão das oportunidades de trabalho, o qual teve uma perda de intensidade desde o ano de 2009 até o de 2013 e apresenta essa perda em linha de declínio no Gráfico 2 e enfatiza que essa perda foi geral, mas refletindo especificamente nos segmentos populacionais que tradicionalmente enfrentam maiores dificuldades de inserção ocupacional, como é o caso do das mulheres. Observe-se o Gráfico adaptado do Boletim PED.

Gráfico 2 – Variação anual do nível de ocupação (%) - RMF 2009 - 2013



Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/SINE-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MTE/FAT

Observa-se claramente que houve um declínio bastante significativo entre os anos de 2009 e 2013. Foi uma queda da oferta de emprego que atinge quase 5% durante os quatro anos. Entre os anos de 2012 e 2013, a queda ultrapassou os 50%, já que declinou de 1,5% para 0,7%. Esta realidade revela que, em se tratando da ocupação do mercado de trabalho, esta decresceu no período e, como afirma o Boletim PED tem um reflexo negativo especificamente na realidade do gênero feminino.

Ao analisar a situação de ocupação do mercado de trabalho, no que concerne à inserção das mulheres, mesmo considerando a variação na oferta, que revelou uma queda expressiva em quatro anos, a história da diferenciação de gênero está presente no que diz respeito aos índices, visto que, é pertinentemente verificável a

penalização dada à história secular de subordinação e desvalorização da mulher enquanto trabalhadora, como afirma Biceglia (2002) quando diz que historicamente que sempre houve um comportamento repressivo do gênero masculino para com o feminino.

4.1.2 A presença feminina no mercado de trabalho: a dinâmica setorial

Outro aspecto que auxilia na compreensão dessa dinâmica de participação e evolução da mulher no mercado de trabalho na RMF no período de 2012-2013 é a análise da posição na ocupação por setor de atividade. O Boletim PED traz essa realidade relacionando os índices setoriais à situação da ocupação, e indica fortes impactos do decréscimo ocorrido durante o período quando se analisa a questão setorial porque foi justamente nas atividades em que a presença feminina é mais expressiva.

A tabela 6 traz esses dados por gênero e a participação por setor de atividade:

Tabela 6 – Estimativa do Número de Ocupados, segundo Setores de Atividade Econômica na RMF - 2012-2013

Setores de Atividade	2012			2013		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total (1)	1.657	910	747	1.668	926	742
Indústria de Transformação (2)	303	154	150	315	165	150
Construção Civil (3)	134	130	(12)	142	137	(12)
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	388	228	160	397	232	164
Serviços (5)	799	369	429	781	363	417
Transporte, armazenagem e Correio (6)	63	57	(12)	63	58	(12)
Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais, científicas e técnicas (7)	76	42	34	72	43	30
Atividades administrativas e serviços complementares (8)	80	59	20	80	60	21
Administração pública, defesa e seguridade social; educação, saúde humana e serviços sociais (9)	230	92	139	224	90	134
Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (10)	217	105	114	215	97	119
Serviços domésticos (11)	124	9	114	113	8	105

Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/SINE-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MTE/FAT.

(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar). (6) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar. (7) Seções J, K, M da CNAE 2.0 domiciliar. (8) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar. (9) Seções O, P, Q da CNAE 2.0 domiciliar. (10) Seções I, S, R da CNAE 2.0 domiciliar. (11) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar. (12) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Ao observar a tabela 6 pode-se perceber que em quase todos os setores, de 2012 para 2013 houve queda na ocupação das mulheres; no setor que não houve decréscimo, os números estabilizaram. Isto ocorreu com o setor da indústria e transformação, por exemplo, no qual as mulheres permaneceram com o número de 150 de ocupação. Até mesmo no setor de serviços domésticos, que ainda é predominantemente feminino na região, uma vez que, segundo o boletim PED (2014), tem a participação de 96,6% das mulheres na RMF, ocorreu uma queda de 1,1%. A Tabela 7 apresenta os percentuais referentes a estes números de uma forma mais clara:

Tabela 7 - Distribuição dos Ocupados, segundo Setores de Atividade Econômica – RMF - 2012-2013

Setores de Atividade	2012			2013		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria de Transformação (2)	18,3	16,9	20,1	18,9	17,8	20,2
Construção Civil (3)	8,1	14,3	(12)	8,5	14,8	(12)
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	23,4	25,0	21,4	23,8	25,1	22,1
Serviços (5)	48,2	40,6	57,4	46,8	39,2	56,2
Transporte, armazenagem e Correio (6)	3,8	6,3	(12)	3,8	6,3	(12)
Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais, científicas e técnicas (7)	4,6	4,6	4,5	4,3	4,6	4,1
Atividades administrativas e serviços complementares (8)	4,8	6,5	2,7	4,8	6,5	2,8
Administração pública, defesa e seguridade social; educação, saúde humana e serviços sociais (9)	13,9	10,1	18,6	13,4	9,7	18,0
Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (10)	13,1	11,5	15,2	12,9	10,5	16,0
Serviços domésticos (11)	7,5	1,0	15,3	6,8	0,9	14,2

Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/SINE-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MTE/FAT.

(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar). (6) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar. (7) Seções J, K, M da CNAE 2.0 domiciliar. (8) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar. (9) Seções O, P, Q da CNAE 2.0 domiciliar. (10) Seções I, S, R da CNAE 2.0 domiciliar. (11) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar. (12) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Vale ainda ressaltar que, dentro desses setores de empregos, ainda há que se considerar que, tanto os homens quanto as mulheres são admitidos, às vezes, sem a devida formalização no que diz respeito à assinatura da Carteira de Trabalho. De acordo com o Boletim PED, houve aumento no período quando a referência é feita para com a inserção da mulher, em especial quando se faz a análise comparativa entre os setores: público, privado e serviço autônomo. A Tabela 9 revela as posições e as taxas de aumento em cada setor de atividade:

Tabela 8 – Estimativas do Número de Ocupados, segundo Posição na Ocupação RMF – 2012 - 2013

Posição na Ocupação	2012			2013		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	1.657	910	747	1.668	926	742
Total de Assalariados (1)	1.034	622	412	1.041	632	409
Setor Privado	896	556	341	908	566	343
Com Carteira Assinada	692	431	262	721	449	272
Sem Carteira Assinada	204	125	78	187	117	70
Setor Público (2)	138	66	71	133	67	66
Autônomos	419	233	186	434	241	192
Empregados domésticos	124	9	114	113	8	105
Demais Posições (3)	80	46	35	80	45	36

Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/SINE-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MTE/FAT.

(1) Exclui Empregados Domésticos e inclui aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(2) Inclui os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas.

(3) Incluem donos de negócios familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais.

A leitura da Tabela 9 permite compreender que no setor privado, a inserção da mulher com carteira assinada aumentou de 35,1% em 2012 para 36,7% em 2013, o aumento foi de 1,6%. Este número contribui para uma queda das inserções sem carteira assinada, que foi de 10,5% em 2012, decrescendo para 9,5% em 2013. A queda neste caso foi de 1%. Enquanto isso, no setor público houve uma queda considerável no período, sendo que, de 9,5% em 2012 caiu para 8,9% em 2013; queda de 0,6%.

A Tabela 9 também destaca percentuais que revelam outros detalhes referentes aos indicadores de crescimento e de declínio da participação das mulheres no mercado de trabalho.

Tabela 9 – Distribuição dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação – RMF – 2012 – 2013.

Posição na Ocupação	2012			2013		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total de Assalariados (1)	62,4	68,4	55,1	62,4	68,3	55,1
Setor Privado	54,1	61,1	45,6	54,4	61,1	46,2
Com Carteira Assinada	41,8	47,4	35,1	43,2	48,5	36,7
Sem Carteira Assinada	12,3	13,7	10,5	11,2	12,6	9,5
Setor Público (2)	8,3	7,3	9,5	8,0	7,2	8,9
Autônomos	25,3	25,6	24,9	26,0	26,0	25,9
Empregados domésticos	7,5	1,0	15,3	6,8	0,9	14,2
Demais Posições (3)	4,8	5,0	4,7	4,8	4,8	4,8

Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/SINE-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MTE/FAT.

(1) Exclui Empregados Domésticos e inclui aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(2) Inclui os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas.

(3) Incluem donos de negócios familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais.

Outro aumento que pode ser destacado na leitura da Tabela acima é com relação à inserção da mulher como trabalhadora autônoma. Vemos que em 2012 o índice era de 24,9%; no ano de 2013 os números cresceram para 25,9%, revelando assim um aumento de 1% de mulheres neste setor.

Mas, em se tratando de queda fica bem claro o índice que decresceu com relação à participação da mulher no setor doméstico. De um total de 15,2% em 2012, os números decresceram para 14,2%, uma diminuição de 1,1%.

Com base nos dados, vê-se que eles apontam um declínio significativo no emprego doméstico e a razão possível para isto, citada pelo Boletim PED (2014) é a associação com o “histórico desrespeito aos direitos trabalhistas e previdenciários que afligem essa categoria de profissionais” (BOLETIM PED, 2014, p. 6), mesmo

com as intensas e constantes tentativas para a regulação deste setor nos últimos tempos.

O Sistema PED analisa ainda que essa realidade de decréscimo do setor doméstico de emprego tem impacto significativo nos indicadores do mercado de trabalho feminino. O posicionamento da mulher enquanto trabalhadora ocupada certamente sofre perda de posições. As dificuldades das mulheres se (re) colocarem em outras posições no mercado de trabalho são muito grandes, tanto que, somente em 2013 o total de inatividade feminino na RMF representou 871 mil mulheres.

O que se pode observar de uma forma geral é que a dinâmica de inserção e de permanência das mulheres, em termos de setorização, sofreu declínio considerável entre os anos de 2012 e 2013. Mesmo tendo ocorrido elevações de índice no que diz respeito à inserção com carteira assinada no setor privado, no setor público houve queda de 0,6%, e no setor doméstico, o declínio foi justificadamente significativo, podendo provocar impactos comprometedores quando se fala em dinâmica de evolução da mulher no mercado de trabalho.

4.1.3 A dinâmica salarial feminina no período de 2012-2013

Outro aspecto relacionado ao gênero feminino e que tem evoluído de forma desigual no mercado de trabalho é a questão salarial que é histórica. Antes de conquistar sua inserção no mercado de trabalho, à mulher restava: cuidar da casa e dos filhos e esperar o marido de volta do trabalho bem-disposta e arrumada, era vista como incapaz de exercer a atividade profissional (PRIORI, 2013). E desde as primeiras inserções femininas no mercado, os salários sempre foram menores do que os dos homens (FEITOSA, 2010).

E mesmo neste século, tempo em que o cenário mudou, que as conquistas se intensificaram, a luta diária da mulher ainda apresenta, em alguns casos, fatos inegáveis de que a desigualdade salarial ainda é muito presente. Por isso, a análise sobre os rendimentos gerados pela mulher no período de 2012-2013. O boletim PED (2014) apresenta dados significativos com relação à variação de rendimentos entre o homem e a mulher, destacando também a questão histórica de desigualdade do

padrão de rendimento entre os sexos e assegura a confirmação de que na RMF mulheres ganham menos que os homens na atividade laboral.

Os dados calculados pelo Boletim PED revelam que, no ano de 2013, por exemplo, o rendimento médio real das mulheres equivalia a R\$ 920 e o dos homens, a R\$ 1.254. Desta forma, não há como negar que as mulheres possuem “menor padrão de remuneração se comparados aos homens em todas as formas de inserção ocupacional” (BOLETIM PED, 2014, p.7).

Trata-se de uma realidade que insiste em permanecer, mas que pode ser estudada, trabalhada e transformada, desde que se revejam as concepções e evite a permanência deste problema, e que também se aponte soluções. Segundo o Boletim PED (2014, p. 7), uma das iniciativas para tentar equalizar seria a “expansão das ocupações mais protegidas pela legislação trabalhista como forma de combate às desigualdades entre os sexos, haja vista a própria vedação legal deste tipo de prática”. A Tabela 10, que também é adaptada do referido boletim apresenta os dados numéricos e os percentuais referentes à realidade entre os anos de 2012 e 2013.

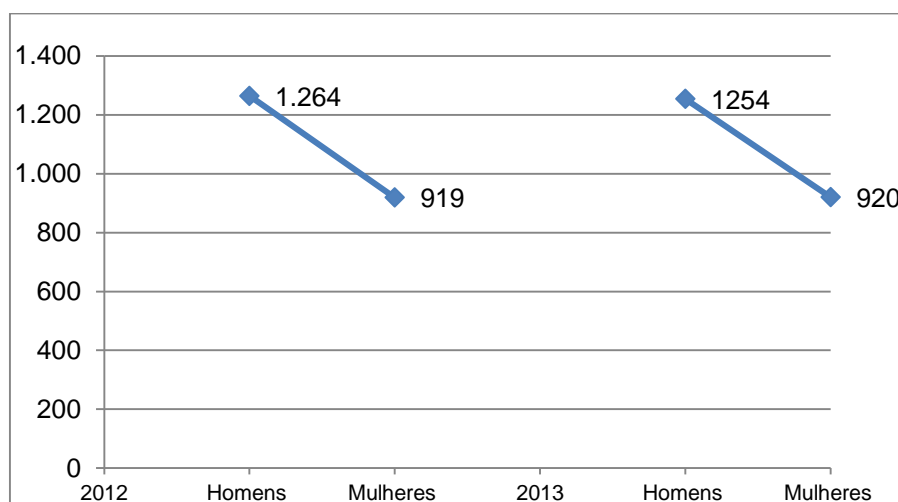
Tabela 10 - Rendimento Médio Real (1) dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação na RMF 2012 – 2013.

Posição na Ocupação	(em reais de Novembro / 2013)								
	2012			2013			Variações Relativa (%) 2013/2012		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total dos Ocupados	1.109	1.264	919	1.106	1.254	920	-0,3	-0,8	0,1
Total de Assalariados	1.182	1.233	1.105	1.161	1.212	1.082	-1,8	-1,7	-2,1
Setor Privado	982	1.033	898	994	1.047	907	1,2	1,4	1,0
Com Carteira Assinada	1.056	1.103	977	1.049	1.096	970	-0,7	-0,6	-0,7
Sem Carteira Assinada	715	1.096	618	774	848	651	8,2	-22,6	5,3
Setor Público	2.509	2.936	2.115	2.307	2.623	2.004	-8,1	-10,7	-5,2
Autônomos	830	1.015	599	866	1.066	617	4,3	5,0	3,0

Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/SINE-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MTE/FAT.
(1) Inflator utilizado - INPC/RMF - IBGE. Valores em Reais de Novembro de 2013.

Observa-se que, os dados da Tabela 10 revelam que na RMF, no ano de 2012, o rendimento médio real das mulheres equivalia a R\$ 919 (novecentos e dezenove); o dos homens a R\$ 1.264 (um mil e duzentos e sessenta e quatro reais); no ano de 2013, o rendimento médio real do salário dos homens e das mulheres não variou, ficou em R\$ 920 (novecentos e vinte reais), enquanto o dos homens ficou em 1.254 (um mil e duzentos e cinquenta e quatro reais). Ambos os valores destacados bastam para compreender que as mulheres apresentam tanto em 2012 quanto em 2013, um padrão de remuneração bem abaixo, quando comparado ao dos homens. No Gráfico 3 pode-se verificar a diferença de declínio dos salários em ambos os anos:

Gráfico 3 – Variação do rendimento Médio Real (1) dos Ocupados, segundo o gênero na RMF 2012-2013



Fonte: Adaptada do boletim (PED) - Elaborada pela autora.

(1)Inflator utilizado - INPC/RMF - IBGE. Valores em Reais de Novembro de 2013.

Pode-se perceber um declínio acentuado nas linhas do gráfico quando comparam-se os valores dos padrões salariais ambos os anos. Além disso, o mais interessante é a permanência dos valores de um ano para outro, indicando que não houve mudanças, nem mesmo pequenas, no que se refere aos valores salariais dos dois gêneros. No entanto, vale ressaltar que esses valores dizem respeito ao contexto geral de ocupados. Os valores salariais passam por uma transformação no aspecto de padrão valorativo quando são classificados por outras variáveis, como é o caso de assalariados com e sem carteira assinada ou quando se compara setor público e privado.

No que se refere ao padrão de valor entre os dois gêneros com e sem carteira assinada, no setor privado a realidade é apresentada na Tabela 11:

Tabela 11 – Padrão Salarial Real (1) dos Ocupados Com e Sem Carteira Assinada no setor privado, por gênero na RMF - 2012-2013.

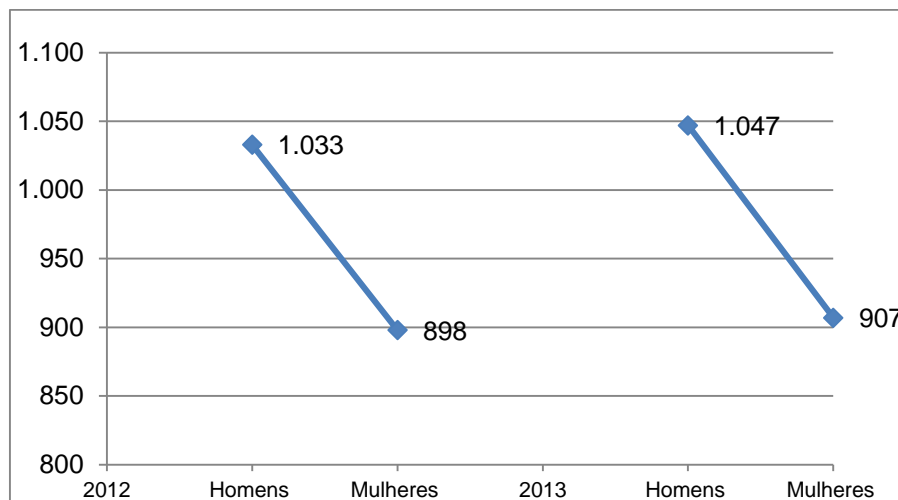
Setor Privado				
Tipo de trabalho Assalariado	Valor do salário 2012		Valor do salário 2013	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Com carteira assinada	1.033	898	1.047	907
Sem carteira assinada	1.096	618	848	641

Fonte: Adaptada do boletim (PED) - Elaborada pela autora.

(1)Inflator utilizado - INPC/RMF - IBGE. Valores em Reais de Novembro de 2013.

A leitura da Tabela 11 permite compreender que, referente ao trabalho com carteira assinada, tanto em 2012 quanto em 2013 não ocorreu alterações significativas nos salários de cada gênero; mas, quando se compara os valores salariais há uma diferença bastante acentuada. Em 2012, os homens com carteira assinada ganharam R\$ 135 (cento e trinta e cinco reais) a mais do que as mulheres e em 2013 a diferença ficou em R\$ 140 (cento e quarenta reais). Pode-se perceber o significado desta diferença quando analisa-se as linhas de evolução desenhadas no Gráfico 4, onde estas estão representadas:

Gráfico 4 – Variação do Padrão Salarial Real (1) Com Carteira Assinada, segundo o sexo - RMF 2012-2013.



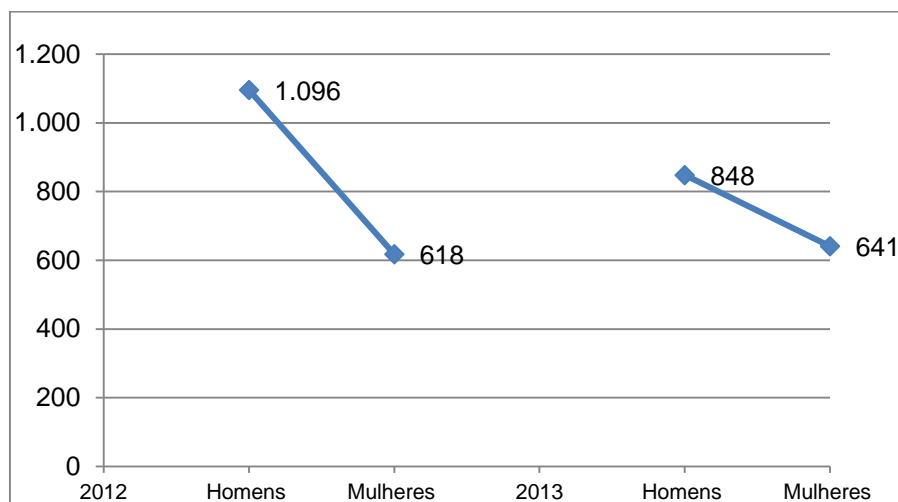
Fonte: Adaptada do boletim (PED) - Elaborada pela autora.
 (1) Inflator utilizado - INPC/RMF - IBGE. Valores em Reais de Novembro de 2013.

Enquanto isso, quando se compara os valores dos rendimentos sem carteira assinada há um breve aumento no ganho dos homens e uma acentuada queda no das mulheres em ambos os anos. Porém, no que se refere aos salários masculinos, comparando os valores entre 2012 e 2013, também houve decréscimo.

No ano de 2012, a diferença de salário do homem para a mulher no trabalho sem carteira assinada foi de R\$ 478 (quatrocentos e setenta e oito reais); no ano de 2013 a diferença diminuiu para R\$ 207 (duzentos e sete reais) justamente pelo declínio ocorrido nos salários masculinos e por um pequeno aumento no salário das mulheres, visto que, os valores foram respectivamente de R\$ 848 (oitocentos e quarenta e oito reais) e R\$ 641 (seiscentos e quarenta e um reais).

No Gráfico 5 pode-se observar a evolução que representa o declínio em linhas, conforme valores salariais no período de 2012-2013, quando observa-se o contexto de trabalho sem carteira assinada no setor privado:

Gráfico 5 – Variação do Padrão Salarial Real (1) Sem Carteira Assinada, segundo o sexo - RMF 2012-2013.



Fonte: Adaptada do boletim (PED) - Elaborada pela autora.

(1) Inflator utilizado - INPC/RMF - IBGE. Valores em Reais de Novembro de 2013.

Observa-se que, há um declínio significativo nos salários masculinos entre os anos de 2012 e 2013 quando se compara a posição dos valores no eixo vertical do Gráfico 5, enquanto que, no contexto do gênero feminino a mesma comparação permite compreender a estabilização. Já no que concerne à comparação entre os salários masculinos e femininos, em todos os eixos o padrão feminino fica bem abaixo do masculino, se acentuando a situação do ano de 2012, no qual a diferença foi bastante elevada e acentuou significativamente a linha de evolução em sentido vertical.

Em suma, o que se pode compreender, tanto no que se refere ao padrão salarial com carteira assinada quanto no contexto do trabalho sem carteira assinada no setor privado no biênio 2012-2013 é que os rendimentos da mulher foram bem menores do que os dos homens.

No que concerne à comparação entre setor público e privado, há também uma realidade totalmente distinta em termos de rendimentos do homem e da mulher. Na Tabela 12 pode-se confirmar os dados e depois estabelecer as diferenças.

Tabela 12: Padrão Salarial Real (1) nos setores Público e Privado, por gênero - RMF 2012-2013.

Setor Público				Setor Privado			
2012		2013		2012		2013	
Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
2.936	2.115	2.623	2.004	1.033	898	1.047	907

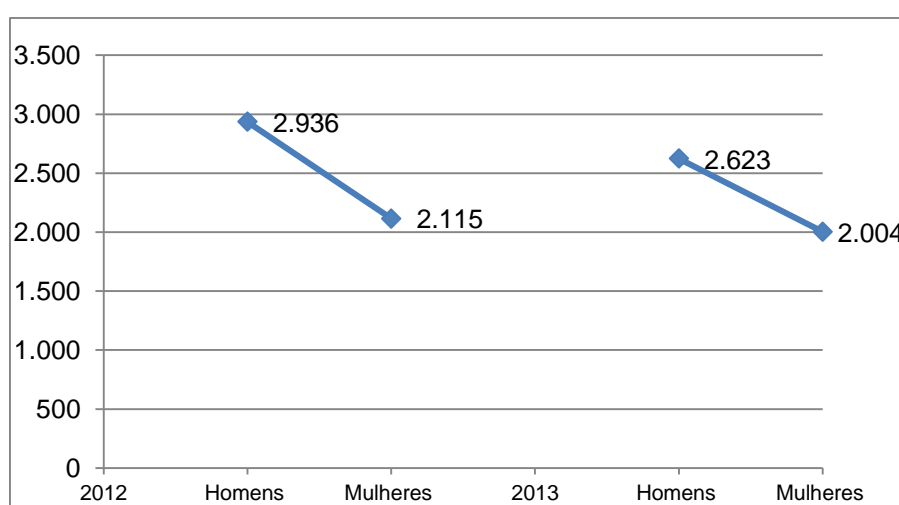
Fonte: Adaptada do boletim (PED) - Elaborada pela autora.

(1)Inflator utilizado - INPC/RMF - IBGE. Valores em Reais de Novembro de 2013.

Ao observar analiticamente os dados da Tabela 12 percebe-se logo de antemão que os empregos públicos tendem a oferecer melhores salários a todos os trabalhadores, pois, as diferenças de valores dos salários são enormes entre o setor e o privado. Mas, no que interessa a este estudo, que é a diferença de salários entre homens e mulheres, percebe-se que esta também se aplica ao setor público, isto é, as mulheres também têm um rendimento bem mais baixo do que o homem neste setor de emprego.

A evolução de linha decrescente referente aos anos de 2012 e 2013 pode ser percebida no Gráfico 6:

Gráfico 6 Variação do Padrão Salarial Real (1) do Setor Público, segundo o sexo - RMF 2012-2013.



Fonte: Adaptada do boletim (PED) - Elaborada pela autora.

(1)Inflator utilizado - INPC/RMF - IBGE. Valores em Reais de Novembro de 2013.

Constata-se claramente a diferença na linha vertical. A mulher está sempre com um padrão salarial mais baixo do que o homem. Porém, também foi possível perceber que os rendimentos masculinos foram bem mais elevados em 2012 do que em 2013 e foi isto que permitiu uma diminuição da diferença de salário entre homens e mulheres durante o período, até porque o salário feminino também teve uma pequena queda, mas esta foi bem maior no salário masculino. Em 2012, a diferença do salário do homem para o da mulher no setor público foi de R\$ 821 (oitocentos e vinte e um reais); enquanto que em 2013 essa diferença diminuiu para R\$ 619 (seiscentos e dezenove reais).

Mediante os dados apresentados, não há como desconsiderar a compreensão de que, em se tratando da dinâmica de evolução da mulher no mercado de trabalho, o gênero ainda passa por muitas dificuldades no que diz respeito ao reconhecimento enquanto trabalhadora. Isto também fica evidente no tocante ao padrão salarial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A monografia teve como propósito analisar a dinâmica recente da mulher no mercado de trabalho da região metropolitana de Fortaleza, chegou-se à compreensão de que em pleno século XXI falar de temáticas referentes ao mundo feminino, estudar sobre aspectos relacionados a este é percorrer um longo caminho de diferenças, não somente porque existem distinções biológicas, mas por que se criou uma cultura de diferenciação que permaneceu e prejudicou a evolução histórica do gênero.

A mulher, em especial no contexto do mundo do trabalho na RMF ainda é tratada de forma inferior, uma vez que, ao analisar a evolução da mulher que ali se insere não restou dúvidas de que as três variáveis analisadas demonstram uma realidade que ainda é de desvalorização do gênero, de limitação das atividades femininas.

Quando se verificou a ocupação do emprego na RMF no período de 2012-2013, a inserção das mulheres, mesmo se considerando que houve uma queda na oferta para ambos os gêneros, os números indicam que a diferenciação está fortemente presente no que diz respeito aos índices. A mulher é penalizada com uma oferta bem menor do que os homens.

Ao por em prática ações para alcançar o objetivo de verificar a inserção no mercado por setor de trabalho constatou-se claramente as diferenças de oferta de trabalho para cada gênero. A dinâmica de inserção e de permanência das mulheres, em termos de setorização, sofreu declínio considerável entre os anos de 2012 e 2013, ainda que tenha ocorrido um aumento no trabalho com carteira assinada no setor privado. O setor público teve queda de 0,6% na oferta e houve também o maior declínio de oferta no setor doméstico, onde aproximadamente 96% da população feminina se insere como trabalhadora.

E por fim, ao procurar identificar diferenças ou semelhanças na questão dos salários, ao analisar rendimentos com e sem carteira assinada, no setor privado e no setor público, a mulher está sempre com um padrão salarial mais baixo do que o

homem. Houve algumas mudanças no valor das diferenças salariais, nas quais se percebeu que em 2012, a diferença do salário do homem para o da mulher no setor público foi mais significativa, uma vez que chegou ao patamar de R\$ 478 (quatrocentos e setenta e oito); enquanto que em 2013 essa diferença diminuiu para R\$ 207 (duzentos e sete reais). No entanto, não foi uma distinção provocada por que as mulheres tenham passado a ser melhor valorizadas em suas atividades, mas pelo fato de que o salário masculino passou por uma queda bem mais significativa do que o da mulher durante o período.

Em suma, mediante todos os dados apresentados pelo Boletim PED, inegavelmente se percebe que a dinâmica recente da mulher no mercado de trabalho ainda não atingiu, em termos de ocupação do emprego, da oferta nos diversos setores de atividades e da questão salarial ainda está muito aquém da que está presente na vida do homem, isto é, do indivíduo que faz parte do gênero masculino. O mundo feminino então, ainda passa por muitas dificuldades no que diz respeito ao reconhecimento enquanto trabalhadora.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. P.; CORSEUIL, C. H; SANTOS, D. D.; FIRPO, S.P. **Inserção no mercado de trabalho**: diferenças por sexo e consequências sobre o bem-estar. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

BICEGLIA, T. R. **A mulher e a evolução histórica de suas conquistas na legislação civil e constitucional brasileira**. Presidente Prudente/SP: Faculdades Integradas Antonio Eufrásio de Toledo, 2002. Monografia de Conclusão de Curso disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewFile/47/55>> Acesso em 13 de junho de 2014.

BOLETIM PED. **A inserção da mulher no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Fortaleza**. Fortaleza: Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, março de 2014.

BRASIL, **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. 2ª Reimpressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

COSTA, M. O. **Mulher e mercado de trabalho**: a realidade cearense. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2008.

CUNHA, M. de F. Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença. História e Ensino. **Revista do Laboratório de Ensino de História**, v. 6, p. 141-161, 2000.

ESMERAL, G. G. S. L. **O feminismo na sombra**: gerações de poder na CUT. Fortaleza: EUFC, 2008.

FAITANIN, P. Acepção teológica de pessoa em Tomás de Aquino. **Synesis**, Ano II, nº1, Janeiro/Junho 2005, p. 59-70.

FEITOSA, A. C. N. **Inserção das mulheres na polícia militar do Ceará: gênero e policiamento comunitário**. Fortaleza: UECE, 2010. Disponível em: <http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/a_insercao_das_mulheres_na_policia_militar.pdf> Acesso em 14 de junho de 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GONÇALVES, T. E. Região metropolitana de fortaleza: o município de Caucaia na dinâmica de integração e mobilidade intrametropolitana. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, dez. v. 12, n. 40, 2011.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Inserção feminina no mercado de trabalho do Ceará: avanços e persistência das diferenças entre gêneros. **Enfoque Econômico**, n. 61, março de 2013.

LOPES, L. S. **O microcrédito como política pública de emprego e renda e o trabalho para mulheres no mercado de trabalho informal em Fortaleza.** Fortaleza: UECE, 2007. Dissertação de Mestrado disponível em: <http://www.uece.br/politicasuece/index.php/arquivos/doc_view/71lorenadasilvalopes1?tmpl=component&format=raw> Acesso em 16 de junho de 2014.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MENEZES, M. I. C. B. B. Mulher, poder e subjetividade. **Revista Mal-Estar e Subjetividade.** Fortaleza, V. II, n. 2, SET. 2002, p. 59 – 85. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S151861482002000200004&script=sci_art_text> Acesso em 14 de junho de 2014.

MEYER, D. E. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Rev Bras Enferm,** Brasília (DF) 2004 jan/fev;57(1):13-8. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n1/a03v57n1.pdf>>. Acesso em 9 de dezembro de 2014.

OLIVEIRA, A. P. **Mundo das mulheres no mercado de trabalho em Fortaleza/CE.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2007. (Dissertação de Mestrado).

PIRES, I. J. B. **A mulher no mercado de trabalho:** perfil sócio-econômico. Fortaleza: SINE/CE, 1995.

PRIORI, M. D. **Histórias e conversas de mulher.** São Paulo: Planeta, 2013.

RAMOS, L. O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais. In: TAFNER, P. (editor). **Brasil, o estado de uma nação.** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

SILVA, T. M. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. Vitória da Conquista/BA: **POLITEIA**, v. 8, n. 1, p. 223-231, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/276/311>>. Acesso em 10 de junho de 2014.

STEARNS, Peter. **História das relações de gênero.** Tradução Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007.